

# **Interligação Elétrica Aimorés S.A**

**Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

## ÍNDICE

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstração do resultado do exercício.....	5
Demonstração dos resultados abrangentes.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	
1. Contexto operacional.....	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	11
3. Principais práticas contábeis.....	12
4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas.....	18
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
6. Aplicações financeiras.....	20
7. Ativo da concessão.....	21
8. Imobilizado.....	21
9. Intangível.....	22
10. Fornecedores.....	22
11. Tributos e encargos sociais a recolher.....	22
12. Provisões.....	23
13. PIS e COFINS diferidos.....	23
14. Patrimônio líquido.....	23
15. Receita operacional líquida.....	24
16. Custos de implementação da infraestrutura e despesas gerais e administrativas.....	25
17. Resultado financeiro.....	25
18. Imposto de renda e contribuição social.....	26
19. Transações com partes relacionadas.....	27
20. Instrumentos financeiros.....	28
21. Seguros.....	28
22. Compromissos.....	29
23. Eventos subsequentes.....	29
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.....	30

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	91	3
Aplicações financeiras	6	5.014	3.332
Créditos com partes relacionadas	19	1.251	80
Tributos e contribuições a compensar		61	11
Despesas antecipadas		12	
		<b>6.429</b>	<b>3.426</b>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Ativo da Concessão - Contratual	7	18.022	
Ativo da Concessão - Financeiro	7		8.827
		<b>18.022</b>	<b>8.827</b>
<b>Imobilizado</b>			
Intangível	8	46	38
	9	147	5
		<b>193</b>	<b>43</b>
		<b>18.215</b>	<b>8.870</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>24.644</b>	<b>12.296</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Passivo	Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	229	4.169
Partes relacionadas	19	37	91
Imposto de renda e contribuição social corrente			7
Tributos e encargos sociais a recolher	11	105	115
Provisões	12	247	
Obrigações trabalhistas		54	
		<b>672</b>	<b>4.382</b>
<b>Não circulante</b>			
Exigível a longo prazo			
PIS e COFINS diferidos	13	1.667	322
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (a)	388	272
		<b>2.055</b>	<b>594</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14 (a)	22.900	7.600
Prejuízo acumulado		(983)	(280)
		<b>21.917</b>	<b>7.320</b>
		<b>23.972</b>	<b>7.914</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>24.644</b>	<b>12.296</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Demonstrações do Resultado do Exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	15	7.946	8.505
<b>Custo de implementação da infraestrutura</b>	16	<u>(7.276)</u>	<u>(7.846)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>670</u></b>	<b><u>659</u></b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	16	<u>(1.443)</u>	<u>(709)</u>
		<u>(1.443)</u>	<u>(709)</u>
<b>Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b>		<b>(202)</b>	<b>(50)</b>
Receitas financeiras	17	287	45
Despesas financeiras	17	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
		<u>283</u>	<u>42</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(490)</b>	<b>(8)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Diferido	18 (a)	<u>(127)</u>	<u>(272)</u>
		<u>(127)</u>	<u>(272)</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b><u>(617)</u></b>	<b><u>(280)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		(617)	(280)
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<u><b>(617)</b></u>	<u><b>(280)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>7.600</b>	<b>(280)</b>	<b>7.320</b>
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018			(86)	(86)
Integralização de capital	14 (a)	15.300		15.300
Prejuízo líquido do exercício			<u>(617)</u>	<u>(617)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b><u>22.900</u></b>	<b><u>(983)</u></b>	<b><u>21.917</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(617)	(280)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado utilizado nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	26	
PIS e COFINS diferidos (nota 13)	1.348	322
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18 (a))	127	272
Provisões (nota 12)	247	
	<u>1.131</u>	<u>314</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Ativo de concessão – financeiro (nota 7)		(8.827)
Ativo de concessão – contratual (nota 7)	(9.295)	
Partes relacionadas (nota 19)	(1.171)	(80)
Tributos e contribuições a compensar	(50)	(11)
Despesas antecipadas	(12)	
	<u>(10.528)</u>	<u>(8.918)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores (nota 10)	3.940	4.169
Partes relacionadas (nota 19)	(54)	91
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7)	7
Tributos e encargos sociais a recolher (nota 11)	(10)	115
Obrigações trabalhistas	54	
	<u>(3.957)</u>	<u>4.382</u>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<u>(13.354)</u>	<u>(4.222)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras (nota 6)	(1.682)	(3.332)
Aquisição de ativo imobilizado (nota 8)	(12)	(38)
Aquisição de ativo intangível (nota 9)	(164)	(5)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u>(1.858)</u>	<u>(3.375)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento e integralização de capital (nota 14 (a))	15.300	7.599
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento</b>	<u>15.300</u>	<u>7.599</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>88</u>	<u>2</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>91</u>	<u>3</u>
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>88</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

## 1. Contexto Operacional

### 1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Aimorés S.A (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. (“ISA CTEEP”) e Transmissão Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), constituída em 18 de novembro de 2016, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contrato de Concessão a seguir:

### 1.2 Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Prazo	Próxima		R\$ mil	Mês Base
04/2017	30	10.02.47	5 anos	2022	IPCA	71.425	Rap ofertada

#### Contrato nº 04/2017

Linha de transmissão Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 208 km, com origem na Subestação Padre Paraíso 2 e término na Subestação Governador Valadares 6; entrada de linha, interligação de barramento, equipamentos de compensação e suas conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio. O empreendimento está previsto para entrada em operação comercial no dia 09 de fevereiro de 2022.

### 1.3 Licenças ambientais (informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio de seu escritório regional de Uberlândia no Estado de Minas Gerais.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): até 20 de outubro de 2018. Obtida em 19 de outubro de 2018.
- Licença de Instalação (LI): até 20 de agosto de 2019.
- Licença de Operação (LO): até 09 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2018, os gastos com estudos ambientais já totalizaram R\$1.521.

### 1.4 Captação de recursos

A Companhia está avaliando as possibilidades existentes no mercado para a estruturação financeira do projeto, neste contexto, Bancos privados, Bancos de fomento, Mercado de Capitais entre outros são mecanismos dinâmicos e capazes de oferecer um retorno adequado aos acionistas.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### 1.5 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial da União de 05 de outubro de 2017, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI devido aos projetos aprovados de infraestrutura de construção no setor de energia. O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS e a COFINS na aquisição de bens da concessão.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2019 e estarão disponíveis no sítio da Companhia em 09 de abril de 2019.

### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão,

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

### 2.4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditou as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2019.

## 3 Principais práticas contábeis

### 3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### 3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Companhia relacionadas ao efeito da aplicação inicial do CPC 47, e estão descritas na nota 3.7 e 3.15.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

#### (a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

#### (b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

#### (c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

### 3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A partir de 2018, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual (em 2017 o regime era Lucro Presumido). O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### 3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

#### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

### 3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### (a) Ativos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração

Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 01.01.2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

##### (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Conforme CPC 47, a entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável.

### (ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### (b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## 3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

## 3.7 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### (a) Ativo de Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, passarão a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

### (b) Ativo de Concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, classificados como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “Impostos Diferidos” no passivo não circulante.

## 3.8 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

## 3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 3.10 Arrendamentos

#### (a) A Companhia como arrendatária

- *Arrendamentos operacionais*

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática for mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 3.11 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.12 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.13 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.14 Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### 3.15 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Cliente**

Na adoção do CPC 47, a Companhia aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com



# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.7, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Ativo de Concessão de Implementação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava R\$9.913 em 1º de janeiro de 2018, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$129.667. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$198 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

### • CPC nº48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A Companhia adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da adoção do CPC 47 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

	<b>Impacto na adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018</b>
<b>Lucros acumulados</b>	
Ativo contratual	(100)
Impostos diferidos	14
<b>Impacto em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>(86)</b>

A adoção do CPC 47 e 48 gerou impacto no balanço patrimonial e demonstração de resultado da Companhia demonstrado a seguir:

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Balço patrimonial	Antes dos efeitos 31.12.2018	Impactos da adoção CPC 47 e 48	Apresentado 31.12.2018
<b>Ativo</b>			
Ativo de concessão - contratual		18.022	18.022
Ativo de concessão - financeiro	18.758	(18.758)	-
Ativos não impactados	6.622		6.622
<b>Total do ativo</b>	<b>25.380</b>	<b>(736)</b>	<b>24.644</b>
<b>Passivo</b>			
Passivos não impactados	672		672
Impostos diferidos	2.348	(293)	2.055
<b>Total do passivo</b>	<b>3.020</b>	<b>(293)</b>	<b>2.727</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Prejuízos acumulados	(540)	(443)	(983)
Itens não impactados	22.900		22.900
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>22.360</b>	<b>(443)</b>	<b>21.917</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>25.380</b>	<b>(736)</b>	<b>24.644</b>
<b>Demonstração do resultado</b>			
Receita operacional líquida	8.517	(571)	7.946
Outros	(8.436)		(8.436)
IR e CS	(341)	214	(127)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(260)</b>	<b>(357)</b>	<b>(617)</b>

#### 4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As normas e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC são:

##### Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir do exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2019:

##### CPC nº 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil – Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

### ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	91	3
	<u>91</u>	<u>3</u>

### 6 Aplicações financeiras

	% do CDI	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos de investimento	99,98%	5.014	3.332
		<u>5.014</u>	<u>3.332</u>

Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente para CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos e aos riscos de taxas, é divulgada na nota 20.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

## 7 Ativo da concessão

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo financeiro</b>		
Implementação da infraestrutura (a)	-	8.827
<b>Ativo contratual</b>		
Implementação da infraestrutura (a)	<u>18.022</u>	<u>-</u>
	<b>18.022</b>	<b>8.827</b>
Não circulante	<u><b>18.022</b></u>	<u><b>8.827</b></u>

- (a) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente, conforme descrito na nota 3.7. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

## 8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Taxas médias anuais de depreciação</u>
<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
Máquinas e equipamentos	10	10	
Equipamentos de informática	<u>40</u>	<u>(4)</u>	10,53%
	<u><b>50</b></u>	<u><b>(4)</b></u>	
	<u><b>46</b></u>	<u><b>38</b></u>	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	<u>Saldos em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Saldos em 2018</u>
Máquinas e equipamentos		10		10
Equipamentos de informática	<u>38</u>	<u>2</u>	<u>(4)</u>	<u>36</u>
	<u><b>38</b></u>	<u><b>12</b></u>	<u><b>(4)</b></u>	<u><b>46</b></u>

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

## 9 Intangível

Refere-se, substancialmente, a softwares utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	2018		2017		Taxas médias anuais de amortização
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>		
Softwares	<u>169</u>	<u>(22)</u>	<u>147</u>	<u>5</u>	13,0%
	<u><b>169</b></u>	<u><b>(22)</b></u>	<u><b>147</b></u>	<u><b>5</b></u>	

Movimentação do ativo intangível é como segue:

	<u>Saldos em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 2018</u>
Softwares	<u>5</u>	<u>164</u>	<u>(22)</u>	<u>147</u>
	<u><b>5</b></u>	<u><b>164</b></u>	<u><b>(22)</b></u>	<u><b>147</b></u>

## 10 Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto basicamente de contas a pagar às empresas responsáveis pela obra de construção das Linhas de Transmissão e Subestações.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	<u>229</u>	<u>4.169</u>
	<u><b>229</b></u>	<u><b>4.169</b></u>

## 11 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda	40	53
Contribuição social	1	19
Outros	<u>64</u>	<u>43</u>
	<u><b>105</b></u>	<u><b>115</b></u>

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

## 12 Provisões

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bônus	247	
	<u>247</u>	<u>-</u>

## 13 PIS e COFINS diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS diferido	297	57
COFINS diferido	1.370	265
	<u>1.667</u>	<u>322</u>

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento.

## 14 Patrimônio Líquido

### (a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2018 é de 47.325.000, em ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Em 2018, a composição do capital social subscrito totaliza R\$47.325 e capital social integralizado R\$22.900 (R\$7.600 em 31 de dezembro de 2017), representados por ações ordinárias e possui a seguinte composição acionária:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.	11.450	50	11.450	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	11.450	50	11.450	50
	<u>22.900</u>	<u>100</u>	<u>22.900</u>	<u>100</u>

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Durante o exercício de 2018 ocorreram os seguintes aumentos de capital:

- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2017 - R\$5.800
- Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de março de 2018 - R\$2.500
- Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2018 - R\$3.500
- Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de novembro de 2018 - R\$3.500

### 15 Receita operacional líquida

#### 15.1 Composição da receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receita bruta</b>		
Receita de implementação da infraestrutura (a) (nota 7)	8.017	8.646
Remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 7)	642	182
Adoção CPC 47	635	
<b>Total da receita bruta</b>	<u>9.294</u>	<u>8.828</u>
<b>Tributos sobre a receita</b>		
COFINS	(1.108)	(266)
PIS	(240)	(57)
	<u>(1.348)</u>	<u>(323)</u>
	<u><b>7.946</b></u>	<u><b>8.505</b></u>

#### (a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

(i) A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos na construção dos ativos. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Os valores de 2018 possuem os seguintes ajustes referentes ao exercício de 2017: (i) redução de R\$58 na remuneração dos ativos de concessão devido a correção do modelo de cálculo da taxa efetiva de juros e (ii) adição de R\$87 de PIS e de R\$402 de COFINS referente a correção de valores calculados com base no lucro real, sendo que os mesmos deveriam ter sido calculados com base no lucro presumido.

#### (b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita financeira é reconhecida pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração, componente financeiro dos investimentos de transmissão, estabelecida no início do projeto.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

## 16 Custos dos serviços de construção e despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>			<u>2017</u>
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(931)	(864)	(1.795)	(909)
Serviços	(3.963)	(476)	(4.439)	(7.640)
Depreciação e amortização		(27)	(27)	
Material	(2.382)	(6)	(2.388)	(6)
Arrendamentos e aluguéis		(46)	(46)	
Outros		(24)	(24)	
	<u>(7.276)</u>	<u>(1.443)</u>	<u>(8.719)</u>	<u>(8.555)</u>

## 17 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	279	45
Outras	8	-
	<u>287</u>	<u>45</u>
<b>Despesas</b>		
IOF	(3)	(2)
Multas	(1)	(1)
	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
	<u>283</u>	<u>42</u>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal no exercício de 2018 e o regime de lucro presumido trimestral no exercício de 2017.

### (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$388 (R\$272 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante, refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento. O demonstrativo da alíquota efetiva desses tributos, é como segue:



## Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(490)
Ajustes para refletir o Lucro Real Tributário	
Adição	1.443
Exclusão	(283)
Ajustes de mudança de regime tributário (receita)	548
Lucro Real ajustado	1.218
Alíquotas nominais vigentes	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(390)</u>
Ajustes de mudança de regime tributário (IRPJ/CSLL)	243
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(127)</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>

A apuração do imposto de renda e contribuição social é como segue para o exercício de 2017:

	<u>2017</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita bruta	8.828	8.828
Percentual de presunção	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Base de cálculo receita bruta	<u>706</u>	<u>1.059</u>
Alíquota vigente	25%	9%
Despesa com IRPJ e CSLL	<u>(176)</u>	<u>(96)</u>
Diferido	<u>(176)</u>	<u>(96)</u>

A alíquota utilizada nas apurações de 2018 e 2017 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição. Para o regime de lucro presumido, a presunção é efetuada à proporção de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

### (b) Incentivos fiscais - SUDENE

Em 26 de dezembro de 2018, foi emitida a Resolução Sudene nº338/2018 assegurando a Companhia o benefício fiscal objeto do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001 que determina a redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e adicionais calculados com base no Lucro da exploração pelo período de 10 (dez) anos. A fruição do benefício dar-se-á a partir do ano calendário subsequente aquele que o projeto entrar em operação, desde que amparado pelo Laudo Constitutivo.

O lucro apurado a partir da fruição do benefício não será objeto de distribuição para as acionistas, ficando este contabilizado no Patrimônio Líquido em Reserva de Lucros.

### 19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2018			2017		
		Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Ivaí	1.251		1.171	80		80
Compartilhamento de recursos humanos (a)	Paraguaçu		9	(9)			
Sublocação (b)	CTEEP		28	(91)		91	(3.359)
Prestação de serviços	TAESA			(4)			(523)
		<u>1.251</u>	<u>37</u>	<u>1.067</u>	<u>80</u>	<u>91</u>	<u>(3.802)</u>

(a) Em 13 de dezembro de 2017 foi encaminhado à ANEEL, conforme determina a Resolução Normativa nº 699/16, a solicitação de anuência prévia para o contrato de compartilhamento de recursos humanos entre a Companhia e suas partes relacionadas: (i) Interligação Elétrica Ivaí S.A – IVAÍ e (ii) Interligação Elétrica Paraguaçu S.A – PARAGUAÇU. O pleito tem por objetivo o rateio dos gastos com pessoal de maneira proporcional a Receita Anual Permitida – RAP ajustada de cada Companhia.

(b) A partir da Nota Técnica nº 114/2018-SFF ANEEL de 09 de julho de 2018, foi anuído o direito da ISA CTEEP em compartilhar as despesas com TI e os gastos condominiais do edifício sede. A Companhia fisicamente está localizada no edifício sede da controladora em conjunto ISA CTEEP e como previsto na NT nº114/2018 passou a compartilhar dos custos condominiais calculados com base na área ocupada, já para os gastos com TI o compartilhamento ocorre pela quantidade de usuários.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes, não havendo ganhos associados.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

## 20 Instrumentos financeiros

### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativos financeiros</b>			
<b><u>Valor justo através do resultado</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2	91	3
Aplicações financeiras	2	5.014	3.332
<b><u>Custo amortizado</u></b>			
Contas a receber – Serviços de implementação da infraestrutura (*)			8.827
<b>Ativo contratual</b>		18.022	
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores		229	4.169
Partes relacionadas		1.251	80

(\*) Após adoção do CPC 47, estes ativos passaram a ser classificados como ativo contratual.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

### (b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 13.2).

(iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes de aportes do Controlador ou captação junto a terceiros até sua entrada em operação.

# Interligação Elétrica Aimorés S.A

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

---

### 21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	07/02/2017 a 06/11/2022	34.112	333

- (a) **Patrimonial** - Cobertura de pagamento de multas e indenizações devidas à Administração Pública e indenização pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo fornecedor responsável em executar a construção, fornecimento ou prestação de serviços dos itens descritos na nota 1.2.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 22 Compromissos assumidos

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$231.913, na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente ao fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais além da execução das obras da Linha de Transmissão. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$224.521.

Em 08 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$23.000, na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*), referente a fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução das obras da subestação Padre Paraíso 2. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$21.091.

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$15.709, na modalidade EPC chave na mão por preço fixo global (*Lump Sum Turnkey*), referente a fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do empreendimento constituído pela ampliação da subestação Governador Valadares 6. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 é de R\$15.709.

### 23 Eventos subsequentes

Aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 23 de janeiro de 2019 o aporte de R\$8.000 (R\$4.000 referente a participação acionária da ISA CTEEP e R\$4.000 referente a participação acionária da TAESA) realizado no dia 06 de fevereiro de 2019. O Capital integralizado após o aporte será de R\$30.900 frente ao Capital autorizado de R\$47.325.